

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 591/2024-PGJ, DE 15.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 4 a 8.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 528/2024-PGJ, DE 8.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro 5 (cinco) dias de folga compensatória de 1º a 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 588/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro 3 (três) dias de folga compensatória de 11 a 13.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0016/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2024.00000872-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 0017/2024/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2024.00000906-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0018/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Lia Paim Lima, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2024.00000586-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 07 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0019/2024/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000006-8, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 08 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 577/2024-PGJ, DE 15.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo de 15 a 23.2.2024, em razão de afastamento da titular, Magaly Carvalho Brunet.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 578/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Magaly Carvalho Brunet, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo, símbolo MPDS-105, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Serviços Gerais em 29 e 30.1.2024, em razão de afastamento da titular, Kelly Cristina Mengual Vieira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 579/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Autorizar a servidora Marina Nery Alves, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Administrativa, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada na Procuradoria-Geral de Justiça e designada para prestar serviços na Secretaria de Finanças, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 30.1.2024, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º; 9º, §§ 1º e 5º, inciso IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2023.00000920-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 595/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Paulo Duarte, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Glória de Dourados, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 15 a 23.2.2024, em razão de afastamento da servidora Francieli Ataíde de Souza, Assessora Jurídica.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 596/2024-PGJ, DE 15.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Daniele Aparecida Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 13ª Promotoria de Justiça para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais de Dourados de 5.2 a 5.3.2024, em razão de afastamento da servidora Rosângela Bonacina Milgarefe, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 609/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca em 15 e 16.2.2024 e em 11.3.2024, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 610/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca em 15 e 16.2.2024 e em 11.3.2024, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka, Técnica I.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 611/2024-PGJ, DE 16.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 31ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 5 a 9.2.2024, em razão de afastamento do servidor Vinicius Ferreira Martins, Técnico II.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 612/2024-PGJ, DE 16.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Contratações e pela Coordenadoria de Licitações em 22 e 23.2.2024, de 26 a 29.2.2024 e em 1º.3.2024, em razão de afastamento do servidor Emervál Carmona Gomes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 629/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ariani Mortari Busaneli Vilharba, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria de Cerimonial de 6.2 a 6.3.2024, em razão de afastamento da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 630/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rony Pedroso Vasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 7ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 8 a 27.3.2024 e de 15 a 24.5.2024, em razão de afastamento da servidora Janaina Bárbara dos Santos Oliveira, Técnica II.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 631/2024-PGJ, DE 19.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Osni Antonio Butzhy Andrade Netto, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 65ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 66ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, mediante acesso aos sistemas informatizados, de 19 a 28.2.2024, em razão de afastamento da servidora Andressa Cecon Bidutti Souza, Assessora Jurídica.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA N° 632/2024-PGJ, DE 19.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Kelvin Alexandre Garcia, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na Promotoria de Justiça de Eldorado, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Brasilândia, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 15 a 16.2.2024, de 19 a 23.2.2024 e de 26.2 a 1º.3.2024, em razão de afastamento do servidor Luis Filipe Iwaki Martins, Assessor Jurídico.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° 585/2024-PGJ, DE 15.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Beatriz dos Reis Medina, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas de 18 a 27.3.2024, de 14 a 23.10.2024 e de 5 a 14.11.2024, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA N° e-195/2024/PGJ, DE 20.2.2024

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marco Antonio Martins Pereira, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 19 a 26.2.2024, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 2ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 29 DE JANEIRO DE 2024.****2. Ordem do dia:****2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009000-2**

Requerente: Dr. Fábio Ianni Goldfinger - Promotor de Justiça

Assunto: Requerimento para juntada do Atestado de Frequência emitido pela Universidade de São Paulo, bem como o arquivamento dos presentes autos, em razão do término da disciplina de “Licitação no Direito Administrativo Comparado, promovida pela referida Universidade.

Relator Conselheiro Antônio Siufi Neto

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência quanto ao noticiado pelo Promotor de Justiça Fábio Ianni Goldfinger, atualmente designado ao cargo de diretor da Escola Superior do Ministério Público, bem como, deferiu o arquivamento do presente feito, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:**2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000126-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto Garcia

Assunto: Apurar eventual violação ao inciso XII do artigo 11 da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - – COMARCA DE NOVA ANDRADINA - APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO AO INCISO XII DO ARTIGO 11 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE PROMOÇÃO PESSOAL POR PARTE DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL – DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DE CUNHO INFORMATIVO, EDUCATIVO E ORIENTAÇÃO SOCIAL – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não há elementos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa, eis que não restou comprovada promoção pessoal por parte do gestor público municipal, mas tão somente a divulgação de matérias de cunho informativo, educativo e/ ou de orientação social.

2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001577-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Polo Francisco Cândido de Rezende visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL - POLO FRANCISCO CÂNDIDO DE REZENDE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS –



PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001524-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Padre Franco Delpiano visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL PADRE FRANCO DELPIANO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001517-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Demilra Ramos dos Santos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA DELMIRA RAMOS DOS SANTOS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001515-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Clarinda Mendes de Aquino visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam



a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA CLARINDA MENDES DE AQUINO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001451-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Adventor Divino de Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL ADVENTOR DIVINO DE ALMEIDA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001114-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual 11 de outubro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL 11 DE OUTUBRO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS ESTADUAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Estado de Mato Grosso do Sul, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais estaduais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

**8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000186-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Atalívio Machado Nantes

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente à supressão de 1,07 hectares em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, na Fazenda Taboca, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental, competente, conforme Parecer n. 32/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE COXIM - APURAR IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL REFERENTE A SUPRESSÃO DE 1,07 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL NA “FAZENDA TABOCA” - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011511-0 visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000172-6

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Empresa Viação Motta Ltda.

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos (*lato sensu*) dos consumidores em razão de a pessoa jurídica Viação Motta Ltda., no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, comercializar, vender e cobrar seguro de vida sem observância das normas e diretrizes regulatórias e, sobretudo, sem o esclarecido e efetivo consentimento dos consumidores, de modo a violar a boa-fé objetiva (art. 4º, III, CDC), o dever de informação adequada e clara (art. 6º, III, CDC) e demais disposições da legislação consumerista.

Advogado: Dr. Antonio Cleto Gomes – OAB/CE 5.864

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR POSSÍVEL LESÃO A DIREITOS COLETIVOS DOS CONSUMIDORES EM RAZÃO DE A PESSOA JURÍDICA VIAÇÃO MOTTA LTDA TER COMERCIALIZADO, VENDIDO E COBRADO SEGURO DE VIDA SEM OBSERVÂNCIA DAS NORMAS E DIRETRIZES REGULATÓRIAS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta visando resguardar, preservar, equilibrar e proteger as relações de consumo entre a empresa Viação Motta Ltda e os consumidores em geral. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011799-6, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000305-3

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia

Requerente: Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC –

Requeridas: Flor da Serra - Wellington Machado Isquendo - ME e Grão Bonito - Armando Vieira Borges & Cia Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na comercialização de café em desacordo com o disposto no artigo 18, §6º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor.

Advogado: Dr. Claudinei Antônio Poletti – OAB/MS 6.813-b

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CASSILÂNDIA – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DE CAFÉ – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta visando a regularização jurídico-



sanitária da comercialização do café pelas empresas requeridas, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, foram instaurados os Procedimentos Administrativos nº 09.2021.00004427-7 e 09.2021.00004428-8, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001998-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possível improbidade administrativa em decorrência do quantitativo de funcionários contratados pela Prefeitura Municipal, nos termos do IC 34/2013/PJPPS/DD.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR POSSÍVEL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DO QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ADOÇÃO DE MEDIDAS PELO MUNICÍPIO DE DOURADOS - REALIZAÇÃO DE CERTAMES PÚBLICOS PARA PROVIMENTO DE DIVERSOS CARGOS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que, após a atuação ministerial, o Município de Dourados passou a realizar diversos concursos públicos visando manter a razoabilidade na proporção de cargos efetivos e comissionados. Por outro lado, não foram constatadas irregularidades ou ilícitos que caracterizem lesão ao patrimônio público e social. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00001874-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Guimarães Honório

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, denominada Fazenda Sementinha, propriedade de Fernando Guimarães Honório.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA FALTA DE ESTRUTURAS CONSTRUÍDA PARA CONTER ENXURRADA, BEM COMO POSSÍVEL DEGRADAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO IMÓVEL “FAZENDA SEMENTINHA” - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - REALIZAÇÃO DE VISTORIA *IN LOCO* PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - ADOÇÃO DE MEDIDAS SUFICIENTES PELO REQUERIDO, VISANDO A CONSERVAÇÃO DO SOLO – IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando acervo documental coligido ao feito, verifica-se que após a realização da última vistoria in loco pela Polícia Militar Ambiental, o requerido apresentou PRADE, ART, laudos de monitoramento e fotografias demonstrando que as medidas adotadas foram suficientes para garantir a regeneração da vegetação e estabilização das erosões e voçorocas, inexistindo outras providências a serem realizadas no presente procedimento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001184-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Prefeitura Municipal de Douradina - Secretaria Municipal de Assistência Social

Requerido: Jean Sergio Clavisso Fogaça

Assunto: Averiguar a notícia de possível irregularidade a diferenciação de salários entre os conselheiros tutelares sob o aspecto de possível perseguição hierárquica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPORÃ (MS) – GESTÃO



ADMINISTRATIVA – CONSELHO TUTELAR – DENÚNCIA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTO DANO AO ERÁRIO – MANUTENÇÃO DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A APENAS UM CONSELHEIRO – COVID19 – DIMINUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA – DILIGÊNCIAS ESGOTADAS – RECONHECIMENTO DO PAGAMENTO INDEVIDO – NÃO COMPROVAÇÃO DE DOLO – ACORDO ENTABULADO ENTRE AS PARTES PARA DEVOLUÇÃO DO MONTANTE – COMPROVAÇÃO DA DEVOLUÇÃO INTEGRAL – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO Trata-se de Inquérito Civil inicialmente instaurado para investigar a eventual irregularidade na concessão de gratificação de produtividade para membro do Conselho Tutelar, sob o aspecto de possível beneficiamento/perseguição hierárquica. Esclarecidos os fatos pela municipalidade, bem como, ante a ausência de comprovação de dano ao erário que ensejasse o ajuizamento de eventual ação de ressarcimento, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste inquérito civil, devendo o presente feito ser arquivado. Nesse ínterim, diante da ausência do próprio fato jurídico, como também a ausência de fundamento jurídico do pedido para persecução ministerial, presume-se a boa-fé e cooperação dos órgãos administrativos no decorrer deste Inquérito Civil. Destarte, não resta outra alternativa, senão à aplicação da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, bem como da Lei 7.347/85, denominada Lei da Ação Civil Pública, especificamente o seu artigo 9º, caput, a qual autoriza com clareza o arquivamento nos casos em que não existem fundamentos para o ajuizamento da Ação Civil Pública. Tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001105-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Câmara Municipal de Camapuã

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em decorrência da recusa do Município de Camapuã em disponibilizar informações solicitadas por membro do Poder Legislativo local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BANDEIRANTES (MS) – ACESSO À INFORMAÇÃO – NEGATIVA PELO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ EM DISPONIBILIZAR DOCUMENTOS – DILIGÊNCIAS ESGOTADAS – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA – NÃO COMPROVAÇÃO DE DOLO – INEXISTÊNCIA DE

PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade em decorrência da recusa do Município de Camapuã em disponibilizar informações solicitadas por membro do Poder Legislativo local. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, que os investigados, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Desta feita, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000447-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público

Requerido: Jair Pereira Alves, Jeovane Félix de Oliveira e Sistema de Radiofusão Ribas do Rio Pardo Ltda-Me.

Assunto: Apurar eventual responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa decorrente das contratações de serviços de publicidade e divulgação, nos procedimentos licitatórios n. 016/2017 e 011/2019 da Câmara Municipal de Bandeirantes/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BANDEIRANTES (MS) – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES – DILIGÊNCIAS ESGOTADAS - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS INVESTIGADOS – NÃO COMPROVAÇÃO DE DOLO – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA E ATENDIDA - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil



instaurado para apurar eventual responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa decorrente das contratações de serviços de publicidade e divulgação, nos procedimentos licitatórios n. 016/2017 e 011/2019 da Câmara Municipal de Bandeirantes (MS). Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, que os investigados, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma ação civil por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Desta feita, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, esgotado o objeto do feito, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007337-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Conselho Brasileiro de Oftalmologia

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na realização de exames oftalmológicos por profissional sem a necessária habilitação legal, conforme denúncia encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público.

Advogados: Drª Juliana De Albuquerque Ozorio Bullon – OAB/DF 19.480, Dr. Márcio de Ávila Martins Filho – OAB/MS 14.475 e outros.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMAPUÃ (MS) – AÇÃO SOCIAL REALIZADA PELO MUNICÍPIO EM PARCERIA COM ONG – EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE OPTOMETRISTA – EVENTUAL EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO MÉDICA – CONTROVÉRSIA QUANTO A LEGALIDADE DA CONDUTA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE PROVAS COMPROVAÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DE NÍVEL SUPERIOR – INSCRIÇÃO REGULAR NO CONSELHO PROFISSIONAL – IMPROVIMENTO DA PRETENSÃO RECURSAL – MANUTENÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Recurso em Notícia de Fato, a qual foi instaurada em virtude da denúncia encaminhada pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia em face da ONGPROVISA e Prefeitura Municipal de Camapuã (MS), relatando a realização de um mutirão de exames de vista, diagnóstico de patologias e prescrição de lentes de grau pelos investigados, em razão do entendimento de que a conduta dos denunciados é ilegal, pois fere competências privativas dos profissionais médicos de acordo com a lei 12.842/2013, decretos 20.931/32, 24.492/34, ADPF 131 e o entendimento do STJ por meio do RESP 2007814-SC. No caso em comento, a ONGPROVISA comprovou que o responsável pelos atendimentos ofertados no município, tem formação em curso superior, estando devidamente registrado na Confederação Brasileira de Optometria e de Óptica, estando amparado pela modulação dos efetivos conferida na ADPF nº 131. Já a municipalidade informou que houve a cessão imediata do referido mutirão, assim que teve ciência da presente, não havendo qualquer ocorrência ou reclamação a partir das atividades prestadas. Portanto, não foi possível vislumbrar as irregularidades noticiadas inicialmente, uma vez que não foram trazidos à baila, elementos materiais efetivos quanto ao possível exercício da medicina na ocasião do mutirão, além disso, inexistem fatos novos capazes de alterar o entendimento do d. Promotor de Justiça, no que se refere a indícios de práticas de ato de improbidade administrativa e de ilícitos penais. Por todo o afojeado, voto pelo improvimento do recurso voluntário interposto e a consequente manutenção da promoção de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do recurso interposto e a consequente manutenção da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001551-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André José Carbonera de Santi

Assunto: Apurar os danos ambientais detectados pelo laudo n. 025/2020 do NUGEO, que informa supressão vegetal na Fazenda Potreiro Parte -1 de propriedade de André José Carbonera.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BONITO (MS) – MEIO AMBIENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – CONSTATADA INSTALAÇÃO PELA ENERGISA DE REDE ELÉTRICA – PERÍMETRO DA FAIXA DE SERVIDÃO – CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 5422/1985 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade jurídica-



ambiental da supressão de 0,51 hectare de vegetação nativa na Fazenda Potreiro, localizada na zona rural de Bonito/MS. Encetadas as diligências no caso em comento, solicitado o apoio da Polícia Militar Ambiental-PMA, sobreveio o Relatório de Vistoria nº 014/4ª CIA PMA/2023 (fls. 71/77), constatado que a área correspondente a supressão vegetal detectada inicialmente se encontra dentro dos parâmetros legais, conforme Norma ABNT NBR 5422/1985 (fl. 74), tratando-se de área de passagem da rede elétrica na faixa de servidão (fl.75). Desta feita, constatando ausência de irregularidades apontadas no presente, aplica-se no caso dos autos a fundamentação do Enunciado nº 10, do Conselho Superior do Ministério Público, segundo o qual, inexistindo dano ambiental, deve-se homologar a promoção de arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001528-6

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Câmara Municipal de Ladário/MS

Requeridos: Município de Ladário e PROMICON - Projetos, Manutenção Industrial e Construções Eireli

Assunto: Apurar as irregularidades na execução da obra realizada pela empresa PROMICON na quadra de esportes no Bairro Alta Floresta I em Ladário/MS.

Advogado: Dr. Hildebrando Campestrini Júnior – OAB/MS 11.930

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS – APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DA OBRA REALIZADA PELA EMPRESA “PROMICON” NA QUADRA DE ESPORTES NO BAIRRO ALTA FLORESTA I, EM LADÁRIO/MS - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA - ACATAMENTO - SITUAÇÃO REGULARIZADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que a irregularidade inicialmente narrada foi devidamente sanada, notadamente porque se constatou o acatamento integral da Recomendação Ministerial nº 0001/2022/05PJ/CBA expedida ao Prefeito Municipal de Ladário e ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Ladário, vez que o serviço foi novamente executado e foi restaurada a pintura da quadra (fls. 127/129). Compulsando-se os autos, denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que a irregularidade inicialmente narrada foi devidamente sanada, notadamente porque se constatou o acatamento integral da Recomendação Ministerial nº 0001/2022/05PJ/CBA expedida ao Prefeito Municipal de Ladário e ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Ladário, vez que o serviço foi novamente executado e foi restaurada a pintura da quadra (fls. 127/129).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000582-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Giuliane Pereira Barbosa Monteiro

Assunto: Apurar a construção irregular em área de preservação permanente do Córrego Bonito, conforme auto de infração n. 6711 feito pela Polícia Militar Ambiental.

Advogado: Silvio roberto Rocca – OAB/MS 5.114B

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BONITO/MS - APURAÇÃO DE CONSTRUÇÃO IRREGULAR EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO BONITO - APRESENTAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO E PRADA - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00009174-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 157/164, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem, informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009174-5 (fl. 165) para o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências outras a serem adotadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.



3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003530-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jivan Garcia José e Rosenildo Luiz da Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada por servidor público municipal na emissão de documento público ideologicamente falso.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ANDRADINA/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAÇÃO DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADA POR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NA EMISSÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO IDEOLOGICAMENTE FALSO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO - ATO ÍMPROBO NÃO CONFIGURADO – LEI 14.230/2021 PERDA DO OBJETO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Denota-se que, após regular investigação, não se vislumbrou o enquadramento típico da conduta de servidor público apurada às hipóteses legais de atos de improbidade administrativa previstas nos incisos do artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa em vigor e, tampouco não se amolda a hipótese aos preceitos legais estabelecidos nos artigos 9º e 10, da LIA, que tipificam, respectivamente, os atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito que causam prejuízo ao erário. Consoante ressabido, a Lei 14.230/21, extinguiu a modalidade culposa de improbidade administrativa, passando a redação dos artigos 9º, 10 e 11 da referida lei a exigir a conduta dolosa do autor do ato de improbidade, conforme se vê do artigo 1º, §§§ 1º, 2º e 3º, da referida lei. Neste compasso, conclui-se que haveria improbidade se e quando o agente agir de modo consciente e voluntário para se enriquecer ilicitamente, lesar o erário ou violar princípio regente da Administração. Registre-se, por oportuno, que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o eventual surgimento de fato novo e típico, venha a ocorrer posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2023.00001006-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Andre Luiz dos Santos

Assunto: Parecer n.º 385/23/NUGEO: supressão vegetal de 223,06 hectares de vegetação nativa (89,34 ha em Área de Preservação Permanente, 29,48 ha em área de Reserva Legal e 102,66 ha em área de Remanescente de Vegetação Nativa), no período de 22/03/2022 a 27/11/2022, no interior do imóvel rural "Fazenda Alegria", matrícula n.º 29.368, CARMS0076563, no Município de Corumbá/MS, pertencente a André Luiz dos Santos (CPF 007.736.644-16), em desacordo com a Autorização Ambiental n.º 0228/2021 e, portanto, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE CORUMBÁ – APURAR A SUPRESSÃO VEGETAL DE 223,06 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA (89,34 EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, 29,48 EM ÁREA DE RESERVA LEGAL E 102,66 EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA), EM DESACORDO COM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL E, PORTANTO, CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento que extrapolou os limites da autorização ambiental, atingido áreas ambientalmente protegidas. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de compensar, regularizar, recuperar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001566-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual São Francisco visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL SÃO FRANCISCO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concreto acerca das lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Estado de Mato Grosso do Sul a promover a regularização documental das escolas estaduais no município de Campo Grande e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001562-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Toledo Areias visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA MARIA DE LOURDES TOLEDO AREIAS VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Ausência de elementos concreto acerca das lesões. Investigações iniciadas a partir de um juízo de probabilidade da ocorrência dos fatos. Ajuizada Ação Civil Pública visando compelir o Estado de Mato Grosso do Sul a promover a regularização documental das escolas estaduais no município de Campo Grande e, conseqüentemente, das questões estruturais. Homologação de arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000138-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Joeldo Rodrigues Menezes e Maria do Socorro Mota de Menezes

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 0,87 hectares em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda Santa Luzia, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 269/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE COXIM – APURAR IRREGULARIDADE JURÍDICA AMBIENTAL REFERENTE A SUPRESSÃO DE 0,87 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL PROPOSTA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento em área destinada à composição de Reserva Legal. Propriedade inscrita no CAR/MS. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de adotar as medidas necessárias para regularizar e recuperar a área degradada. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

**5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000899-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Kati Anny Aparecida da Silva Pedrollo

Assunto: Analisar o laudo técnico 003/2020 do NUGEO/Bonito, que relata suposta supressão de vegetação nativa sem autorização dos órgãos ambientais, na Fazenda Vale Azul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – COMARCA DE BONITO – APURAR O DESMATAMENTO DE 0,76 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Desmatamento sem autorização ambiental. Propriedade inscrita no CAR/MS. Apresentado PRADA. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Obrigação de adotar as medidas necessárias para regularizar e recuperar a área degradada. Obrigação de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001478-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na tramitação e suposta inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal n. 322 de 26 de setembro de 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS – COMARCA DE DOURADOS – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO E SUPOSTA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 322 DE 26 DE SETEMBRO DE 2016 – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do inquérito civil. Denúncia narrando suposta ilegalidade na tramitação da LC Municipal n. 322/2016. Ausência de irregularidades no processo legislativo. Exoneração dos servidores efetivados sem a devida aprovação em concurso público. Município que assumiu o compromisso de realizar concurso público para provimento de cargo de agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00008383-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Orlando Fruguli Moreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar notícia acerca de eventuais irregularidades consistentes no exercício da função pública de servidores comissionados da Prefeitura de Camapuã.

Advogado: Dr. Orlando Frugulli Moreira – OAB/MS 9798

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR NOTÍCIA ACERCA DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES CONSISTENTES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA DE SERVIDORES COMISSONADOS DA PREFEITURA DE CAMAPUÃ - RECURSO NÃO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Fatos narrados em denúncia que já foram objeto de outros procedimentos investigatórios instaurados no âmbito do Ministério Público Estadual. Existência de Ação Popular, devidamente acompanhada pelo órgão ministerial, que trata dos mesmos fatos e visa a suspensão das nomeações questionadas. Ausência de fundamentos para evolução da Notícia de Fato. Arquivamento que não obsta o prosseguimento das investigações, caso sobrevenha fato novo com relação ao objeto dos autos. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

**2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001231-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: G. A. S.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa por G.A.S, decorrente de possível violação aos princípios da Administração Pública, nos termos da Lei 8429/92.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR G.A.S, DECORRENTE DE POSSÍVEL VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI 8429/92 - NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência de atos de improbidade administrativa. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001287-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente, pelo município de Itaporã, tendo em vista o despejo de resíduos sólidos, dentre eles rejeitos de serviços de saúde, em lixão a céu aberto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DANO AO MEIO AMBIENTE, PELO MUNICÍPIO DE ITAPORÃ, TENDO EM VISTA O DESPEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DENTRE ELES, REJEITOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, EM LIXÃO A CÉU ABERTO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se a perda superveniente do objeto que ensejou a instauração do Procedimento em tela. 2. Se faz necessário ressaltar que restou devidamente constatado o saneamento das irregularidades apontadas no deslinde do Procedimento, sendo o arquivamento medida de rigor ante a ausência de justa causa para a propositura de ação civil pública ou a continuação das investigações. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002174-0

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Wilton Edgar Sá e Silva Acosta

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos processos licitatórios nº 010/2019 e 004/2017, tendo por objeto a contratação de empresa para a execução de serviços de manutenção de vias públicas, reconstituição de pavimento asfáltico, com fornecimento de CBQU remendo superficial “tapa-buracos” e remendo profundo nas regiões urbanas do Anhanduizinho, Bandeira, Centro, Imbirissu, Lagoa, Prosa e Segredo, do Município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS N. 010/2019 E 004/2017, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, RECONSTITUIÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO COM FORNECIMENTO DE CBQU REMENDO SUPERFICIAL “TAPABURACOS” E REMENDO PROFUNDO NAS REGIÕES URBANAS DO ANHANDUIZINHO, BANDEIRA, CENTRO, IMBIRISSU, LAGOA, PROSA E SEGredo, DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO. PERDA DO OBJETO – NÃO CONSTATAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência de quaisquer atos de improbidade administrativa. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram



significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000029-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar indícios de superfaturamentos em processos licitatórios apontados no Relatório n. 2.151/2015 da Visita Técnica n. 654, da Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR INDÍCIOS DE SUPERFATURAMENTO EM PROCESSOS LICITATÓRIOS APONTADOS NO RELATÓRIO N. 2.151/2015 DA VISITA TÉCNICA N. 654, DA COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO. PERDA DO OBJETO - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência de quaisquer atos de improbidade administrativa. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000072-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Paes Tavares

Assunto: Apurar possível irregularidade jurídico-ambiental constatada pelo relatório de Vistoria de n. 25/2ºPel/3ªCia BPMA/2022 consistente no desenvolvimento de suinocultura e pecuária em área de preservação permanente e ausência de isolamento das áreas respectivas, no interior da propriedade rural denominada Fazenda das Pedras, em Inocência/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL CONSTATADA PELO RELATÓRIO DE VISTORIA DE Nº 25/2ºPEL/3ªCIA BPMA/2022 CONSISTENTE NO DESENVOLVIMENTO DE SUINOCULTURA E PECUÁRIA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO DAS ÁREAS RESPECTIVAS, NO INTERIOR DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA DAS PEDRAS, EM INOCÊNCIA/MS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, nota-se que foram firmados Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.0010011-7, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001187-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Carlos Barboza

Assunto: Apurar possível desmatamento de área de aproximadamente 14,17 hectares de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda Água Amarela, localizada no Município de Jardim/MS, de propriedade de Fernando Carlos Barboza.

Advogados: Dr. Eloísio Mendes de Araújo – OAB/MS 8.978 e outros.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO DE ÁREA DE APROXIMADAMENTE 14,17 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, OCORRIDO NA FAZENDA ÁGUA AMARELA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS, DE PROPRIEDADE DE FERNANDO CARLOS BARBOZA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foram firmados Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00009937-0, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000760-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Julio Vilson de Oliveira, Rosa Selma Pereira de Souza

Assunto: Apurar possível irregularidade jurídico-ambiental consistente na supressão irregular de 1,81 hectares de vegetação nativa no Sítio 3 Irmãos, situado no Município de Paranaíba/MS, conforme consta no Relatório de Vistoria Técnica nº 088/DAEX/CORTEC-MA/2020 e Parecer nº 454/22/CEIPPAM, os quais foram unificados e corroborados pelo Parecer nº 585/23/CEIPPAM.

Advogado: Dr. Fernando Leno Cardozo – OAB/MS 12961

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL CONSISTENTE NA SUPRESSÃO IRREGULAR DE 1,81 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NO SÍTIO 3 IRMÃOS, SITUADO NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA/MS, CONFORME CONSTA NO RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA Nº 088/DAEX/CORTEC-MA/2020 E PARECER Nº 454/22/CEIPPAM, OS QUAIS FORAM UNIFICADOS E CORROBORADOS PELO PARECER Nº 585/23/CEIPPAM - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que fora firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00009980-4, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000733-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Brilhante



Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa decorrente da contratação sucessiva de professores pela Prefeitura Municipal de Rio Brilhante/MS, entre os anos de 2011 e 2017, conforme descrito em relatórios recebidos do TCE/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO SUCESSIVA DE PROFESSORES PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE/MS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2017, CONFORME DESCRITO EM RELATÓRIO RECEBIDOS DO TCE/MS - NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000309-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Emerson Aparecido Verderosi

Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de 11,77 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica na propriedade rural denominada “Fazenda Três Irmãos II”, bem como promover a reparação do dano ambiental.

Advogada: Drª Ana Carolina Matarezi Martins Batista – OAB/MS 24792

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O DESMATAMENTO ILEGAL DE 11,77 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA

MATA ATLÂNTICA NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA “FAZENDA TRÊS IRMÃOS II” BEM COMO PROMOVER A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA -INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que fora firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00010400-2, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil n.º 06.2022.00001575-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Centro Educação Especial e Inclusiva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil



Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001573-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professor Emygdio Campos Vidal visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO -INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001523-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO -INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001490-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Mamede de Aquino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO -INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da



presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001489-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Célia Maria Nágli, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE -APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001478-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Padre Mário Blandino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO PRESENTES NOS AUTOS DO PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902374-19.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Estado de Mato Grosso do Sul acordou que apresentará cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000861-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(a): A apurar

Assunto: Apurar suposta ocupação irregular ao lado do Sítio Bom Jesus, próximo à Ponte do Rio Taquarussu, que pode ocasionar danos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO - APURAR OCUPAÇÃO IRREGULAR ÀS MARGENS DO RIO TAQUARUSSU - AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL - LAUDO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - ATESTANDO QUE O BARRACO DE LONA FOI CONSTRUÍDO À UMA DISTÂNCIA DE 100 METROS DO CURSO D'ÁGUA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente



procedimento, ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto, conforme Laudo de Vistoria da Polícia Militar Ambiental, não há danos decorrentes da construção de um barraco de lona, localizado a 100 (cem) metros de distância do curso d'água. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000407-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marcio George Martins de Oliveira

Assunto: Apurar suposta construção de açude em uma chácara perto da Ponte do Anhumas, sem a devida autorização dos órgãos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - DANO AMBIENTAL - CONSTRUÇÃO IRREGULAR DE AÇUDE, DECKS E PASSARELA – ATIVIDADE PENDENTE DE REGULARIZAÇÃO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00002116-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Jandira Gorete dos Santos

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Tereza Área 01, em razão da supressão de 27,6933 hectares de vegetação nativa.

Advogada: Drª Joselaine Boeira Zatorre – OAB/MS 7.449

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - DANO AMBIENTAL - SUPRESSÃO DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000716-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos Eduardo de Assis Toyota e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 4,69 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e de 0,13 hectares em área de Reserva Legal, na Chácara Boa Esperança, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 06/2ºPEL 2ª CIA BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE DA SUPRESSÃO DE 4,69 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA E 0,13 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA



LEGAL NO INTERIOR DA CHÁCARA BOA ESPERANÇA – DESMATAMENTO ILEGAL IDENTIFICADO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000691-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Décio Vieira de Rezende e outros

Assunto: Apurar o suposto desmatamento ilegal de 1,39 hectares no imóvel rural Fazenda Salto e Santa Rosa Gleba 2 (CARMS0068449).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – MEIO AMBIENTE – APURAR O SUPOSTO DESMATAMENTO ILEGAL DE 1,39 HECTARES NA FAZENDA SALTO E SANTA ROSA (GLEBA 2) – SUPRESSÃO VEGETAL IRREGULAR – DESMATE FORA DA ÁREA LICENCIADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Advogados: Dr. José Elnício Moreira de Souza – OABMS 6.275 e outros.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000671-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário/MS

Assunto: apurar irregularidades em suposta omissão no pagamento de adicional de férias aos servidores do Município de Ladário no mês de janeiro de 2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CORUMBÁ – MUNICÍPIO DE LADÁRIO – APURAR SUPOSTA OMISSÃO NO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE FÉRIAS AO SERVIDORES NO MÊS DE JANEIRO DE 2022 – DECRETO MUNICIPAL QUE DISCIPLINAVA A CONTENÇÃO DE GASTOS EM DECORRÊNCIA DO DESCUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – REVOGAÇÃO DO DECRETO – FÉRIAS AUTORIZADAS – DIREITOS SOCIAIS RESTABELECIDOS SEM A NECESSIDADE DE MEDIDAS JUDICIAIS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto o decreto municipal que havia estabelecido a restrição orçamentária em decorrência do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal foi devidamente revogada pela Administração Pública, com a adoção das medidas administrativas necessárias para autorização das férias e regularização dos direitos sociais. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001322-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Bandeirantes e Sistema de Radiofusão Ribas do Rio Pardo - ME

Assunto: Apurar eventual irregularidade/ilegalidade na contratação pela Câmara Municipal de Bandeirantes, da empresa



Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo ME, decorrente do procedimento de dispensa n. 07/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SISTEMA DE RADIODIFUSÃO RIBAS DO RIO PARDO – ME – PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – ESCLARECIMENTOS PRESTADOS – AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE ILEGALIDADE – REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO – DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve comprovação de indícios mínimos de irregularidade que contaminem o processo licitatório. Prestados os esclarecimentos pelas partes envolvidas, certificou-se a lisura do procedimento de dispensa de licitação n. 07/2021 e não foi identificado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário. Desse modo, esgotadas todas as diligências, inexistente fundamento para a propositura de ação civil pública, razão pela qual a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Advogados: Wellington Coelho de Souza Júnior – OAB/MS 15.475 e outro.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000450-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a ocorrência de descarte irregular de resíduos sólidos em diversos pontos do Município de Dourados/MS e promover medidas de regularização ambiental dos locais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE DOURADOS – MEIO AMBIENTE – APURAR A OCORRÊNCIA DE DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO – IRREGULARIDADE VERIFICADA E SANADA – RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA E ACATADA – MEDIDAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA EXERCIDA PELO CCZ – ACOMPANHAMENTO POR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto as irregularidades identificadas foram sanadas no curso do inquérito. O órgão de execução expediu recomendação ministerial, a qual foi acatada pela administração municipal. Tendo em vista que o descarte de resíduos sólidos consiste em lide estrutural, o acompanhamento continuará a ser exercido através do Procedimento Administrativo n. 09.2017.00004026-9. Atuação resolutiva do Promotor de Justiça que culminou na perda do objeto da investigação e ausência de justa causa para manutenção do inquérito. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001565-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Rui Barbosa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADE NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública de ensino neste município, como a Escola Estadual Rui Barbosa, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902374-19.2021.8.12.0001 perante a 1ª Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo,



posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001491-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADE NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ MARIA HUGO RODRIGUES, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública de ensino neste município, como a Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902374-19.2021.8.12.0001 perante a 1ª Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001479-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Barbosa Rodrigues, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADE NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ BARBOSA RODRIGUES VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública de ensino neste município, como a Escola Estadual José Barbosa Rodrigues, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902374-19.2021.8.12.0001 perante a 1ª Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001464-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual General Malan, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADE NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA ESTADUAL GENERAL MALAN, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública de ensino neste município, como a Escola Estadual General Malan, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902374-19.2021.8.12.0001 perante a 1ª Vara da Infância, Juventude e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001042-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Irineu José Busatto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de árvores em uma área de 2,4794 hectares e da supressão em uma área de 15,6042 hectares, na Fazenda Santa Luzia, em Bonito/MS, efetuados sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 009051/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO CORTE DE ÁRVORES EM UMA ÁREA DE 2,4794 HECTARES E DA SUPRESSÃO EM UMA ÁREA DE 15,6042 HECTARES, NA FAZENDA SANTA LUZIA, EM BONITO/MS, EFETUADOS SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 009051/2022-PGJ – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007 – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual o beneficiário se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 74/81; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00010975-2 (fl. 82) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000917-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nos contratos de fornecimento de gêneros alimentícios, firmados pelo município de Nova Andradina para atender a Secretaria de Assistência Social.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, FIRMADOS PELO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IRREGULARIDADES CONTÁBEIS SANADAS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO – NÃO CONSTATAÇÃO DE MÁ FÉ CONFIGURADORA DE ATO ÍMPROBO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO – INTERVENÇÃO RESOLUTIVA DO PARQUET – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que o Feito atingiu sua finalidade, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou judicialização da demanda; 2. Compulsando os documentos acostados aos autos, não foi identificada conduta dolosa caracterizadora de ato de improbidade administrativa, visto que, não somente não restou comprovada real intenção de lesar o erário, como, tão logo constatado o equívoco no pagamento dos alimentos objeto da contrato administrativo, a municipalidade adotou as medidas cabíveis ao integral ressarcimento do valor pago a maior; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que o Poder Público Municipal adotou as medidas cabíveis à resolução da problemática inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000901-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Iguatemi

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, decorrente da contratação simultânea de empresas de assessoria jurídica pela Câmara Municipal de Iguatemi.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA PREJUÍZO AO ERÁRIO, DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA DE EMPRESAS DE ASSESSORIA JURÍDICA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE IGUATEMI – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas no Feito, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública ou celebração de Ajustamento de Conduta, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas; 2. De acordo com os documentos acostados aos autos, não foi constatada irregularidade na contratação direta dos escritórios de advocacia, os valores dos contratos encontram-se de acordo com os preços de mercado praticados e não foi constatada sobreposição das atividades executadas, não restando demonstrada, portanto, conduta caracterizadora de ato ímprobo; 3. Ademais, a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000639-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: E. X. S

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa em razão de suposto crime sexual no âmbito do Poder Público de Nova Andradina, praticado por motorista de transporte escolar no exercício da função.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RAZÃO DE SUPOSTO CRIME SEXUAL NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO DE NOVA ANDRADINA, PRATICADO POR MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO – NÃO CONSTATAÇÃO DE CONDUTA CONFIGURADORA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DESCRITA NA LEI N. 8.429/92 – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. Denota-se que não foi possível evidenciar conduta dolosa configuradora de ato ímprobo, notadamente em vista de o fato apurado não se enquadrar nas figuras típicas descritas nos artigos 9 a 11 da



Lei n. 8.429/92; 3. Não sendo configurado dano ao erário ou enriquecimento ilícito, tampouco qualquer conduta dolosa que se enquadre nos incisos vigentes instituídos pela novel lei 14.230/2021 ao art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, não há justa causa para continuidade do Feito; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000244-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Avelino Cesar Aristimunha Nogueira

Assunto: Apurar eventual recebimento indevido de diárias pelo vereador Avelino César Aristimunha Nogueira e possíveis atos de improbidade administrativas decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL RECEBIMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS PELO VEREADOR AVELINO CÉSAR ARISTIMUNHA NOGUEIRA E POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVAS DECORRENTES – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CARACTERIZADORES DE ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento das investigações; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não foi constatado conduta dolosa configuradora de ato ímprobo em relação às diárias pagas ao requerido. Isso porque o parlamentar recebeu os valores de apenas 2 (duas) diárias, referentes a dois dias de evento (23 e 24 de setembro de 2021), dos quais efetivamente participou, cumprindo, desta forma, a finalidade para qual a verba foi destinada; 3. Nessa senda, não sendo configurado dano ao erário ou enriquecimento ilícito, tampouco qualquer conduta dolosa que se enquadre nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, não há justa causa para continuidade do Feito; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001267-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Coordenadoria de Direitos Funcionais (CODIG/SUGESP/SED)

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no recebimento de valores indevidos por servidor público durante período de vacância do cargo e eventual responsabilização.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO RECEBIMENTO DE VALORES INDEVIDOS POR SERVIDOR PÚBLICO DURANTE PERÍODO DE VACÂNCIA DO CARGO E EVENTUAL RESPONSABILIZAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não foi possível evidenciar a prática de ato ímprobo, haja vista não ter sido comprovada lesão aos cofres públicos ou indícios de pagamento indevido de verbas à servidora Márcia Regina Fanta, considerando que o montante referia à remuneração decorrente de dias efetivamente por ela trabalhados. Ademais, seu retorno aos quadros do Estado durante a tramitação do PAD não padece de ilegalidade, considerando que o vínculo estatal ainda existia; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

**11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000936-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Dolor Conceição Santos Boeira, Sabrina Boeira Ferreira, Cleber Fagundes Oliveira, Alvina Denise Boeira e Thiago Salazar Durigon.

Assunto: Apurar suposta supressão irregular na Fazenda Cruzado, em Bonito/MS, conforme Laudo Técnico n. 014/2020/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA SUPRESSÃO IRREGULAR NA FAZENDA CRUZADO, EM BONITO/MS, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 014/2020/NUGEO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – DOCUMENTO IRREGULAR – AUSÊNCIA DE ASSINATURA EM TODAS AS PÁGINAS DO ACORDO – NECESSÁRIA REGULARIZAÇÃO – CONVERSÃO DO FEITO EM DILIGÊNCIA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a compromissária, conforme se vê das fls. 145/155; 2. Contudo, examinando o ajustamento celebrado, verifica-se que o documento não possui a assinatura/rubrica da compromissária em todas as páginas do documento, somente na última e de forma isolada do conteúdo do documento; 3. Desta feita, considerando que o TAC celebrado consiste em título executivo extrajudicial e, por conseguinte, poderá ser executado em caso de descumprimento, necessária a ratificação do ajustamento através da coleta de assinatura/rubrica da parte demandada em todas as páginas do documento; 4. Conversão do Feito em diligência. Promoção de arquivamento não homologada.

Advogada: Drª Janaina Bonomini Pickler Gonçalves – OAB/MS 13.137

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, converteu o feito em diligência e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000618-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Claudemir Corral Delatin

Assunto: Apurar desmatamento de 8,18 hectares em área de fitofisionomias Savana Florestada, na Fazenda Santo André, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 195/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE 8,18 HECTARES EM ÁREA DE FITOFISIONOMIAS SAVANA FLORESTADA, NA FAZENDA SANTO ANDRÉ, EM ANAURILÂNDIA/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual o beneficiário se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 89/96; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00010882-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000882-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerentes: Polícia Militar Ambiental de Bataguassu/MS e Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Orlando Cardoso

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental, consistente em intervenções em uma área de preservação permanente, por meio da reforma de um trapiche, com comprimento aproximado de 55,5 metros e largura aproximada de 0,9 m, na margem direita do Rio Pardo, em processo de substituição por concreto/alvenaria por meio de colunas de cano PVC com treliças de ferro já instaladas ao longo da obra, na propriedade rural denominada Rancho do Sossego, em Bataguassu/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, CONSISTENTE EM



INTERVENÇÕES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, POR MEIO DA REFORMA DE UM TRAPICHE NA MARGEM DIREITA DO RIO PARDO, EM PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO POR ALVENARIA, POR MEIO DE COLUNAS DE CANO PVC COM TRELIÇAS DE FERRO JÁ INSTALADAS AO LONGO DA OBRA, NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "RANCHO DO SOSSEGO", EM BATAGUASSU/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual o beneficiário se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 159/162; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00011105-8 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de ajustamento; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

14. Inquérito Civil nº 06.2019.00000638-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lúcio Stabile

Assunto: Apurar suposta prática de dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Maria Lucia, pertencente a Lucio Stabile, em Bataguassu/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE DANO AMBIENTAL OCORRIDO NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA MARIA LUCIA, PERTENCENTE A LUCIO STABILE, EM BATAGUASSU/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual o beneficiário se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 260/263; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00010881-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de ajustamento; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

15. Inquérito Civil nº 06.2023.00001171-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Enio de Jesus Maia

Assunto: Apurar a supressão de 0,72 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal e área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, no período de 18/09/2022 a 27/11/2022, no interior do imóvel rural “Estância Canaã”, pertencente a Enio de Jesus Maia, em desacordo com a autorização ambiental nº 1281/2022.

Advogado: Dr. Mauro César Souza Esnarriaga – OAB/MS 8.548

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SUPRESSÃO DE 0,72 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DECLARADA COMO RESERVA LEGAL E ÁREA DE APLICAÇÃO DA LEI DA MATA ATLÂNTICA, NO PERÍODO DE 18/09/2022 A 27/11/2022, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL “ESTÂNCIA CANAÃ”, PERTENCENTE A ENIO DE JESUS MAIA, EM DESACORDO COM A AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 1281/2022 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – DOCUMENTO IRREGULAR – AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO COMPROMISSÁRIO EM TODAS AS PÁGINAS DO ACORDO – NECESSÁRIA



REGULARIZAÇÃO – CONVERSÃO DO FEITO EM DILIGÊNCIA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o compromissário, conforme se vê das fls. 115/122; 2. Contudo, examinando o ajustamento celebrado, verifica-se que o documento não possui a assinatura do compromissário em todas as páginas do documento, somente na última; 3. Desta feita, considerando que o TAC celebrado consiste em título executivo extrajudicial e, por conseguinte, poderá ser executado em caso de descumprimento, necessária a ratificação do ajustamento através da coleta de assinatura do demandado em todas as páginas do documento; 4. Conversão do Feito em diligência. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, converteu o feito em diligência e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

16. Inquérito Civil nº 06.2023.00000098-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gino Cesar Fonseca Rezende

Assunto: Apurar a supressão de 6,86 hectares em área de remanescente, na fazenda Patagonia - Lote 46, em Terenos/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 4490/2022/IMASUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SUPRESSÃO DE 6,86 HECTARES EM ÁREA DE REMANESCENTE, NA FAZENDA PATAGÔNIA, LOTE 46, EM TERENOS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO Nº 4490/2022/IMASUL – INFORMAÇÃO SUBSEQUENTE SOBRE CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO EM TRAMITAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP), VERSANDO SOBRE CASO ANÁLOGO AO OBJETO DOS PRESENTES AUTOS – JULGAMENTO FINALIZADO – VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE DE SITUAÇÃO DE FATO E DE DIREITO – NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO VOTO ANTE A APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES HODIERNAS À MANIFESTAÇÃO DE FLS. 87/93 – ENUNCIADO N. 16/CSMP – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 1. Analisando os autos, verifica-se que após a prolação do Voto de fls. 87/93, aportou informação sobre a tramitação de conflito negativo de atribuição no âmbito do CNMP (autos n. 1.00929/2023-97), suscitado pelo Ministério Público Federal, versando sobre caso análogo ao objeto destes autos; 2. Informado o julgamento do conflito acima mencionado, procedeu-se a análise do acórdão e voto do Conselheiro Relator respectivo, oportunidade em que se verificou que o caso analisado pelo CNMP possui similaridade fática com o caso tratado nos presentes autos. Evidenciada, portanto, a necessidade da adoção posicionamentos harmônicos e equânimes no âmbito no Ministério Público, quando o caso em concreto assim demandar; 3. Ademais, verificada a não comprovação do cumprimento da integralidade das cláusulas constantes no Título de Domínio sob Condição Resolutiva (fl. 51), ante a prática de conduta danosa ao meio ambiente, não há como se atestar que o imóvel não mais pertence ao INCRA, o que atrai a competência do Ministério Público Federal para análise dos fatos, na defesa dos interesses da União; 4. Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000707-9

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar a legalidade dos procedimentos de contratação direta, sem licitação, do escultor Ivolin Lopes Ramos, pelo Município de Três Lagoas/MS, do ano de 2018 até os dias atuais

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR A LEGALIDADE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA, SEM LICITAÇÃO, DO ESCULTOR IVOLIN LOPES RAMOS, PELO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS, DO ANO DE 2018 ATÉ OS DIAS ATUAIS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não há base para o ajuizamento de ação ou mesmo para a continuidade das investigações, tendo em vista a ausência da viabilidade de realização de perícia técnica, bem como à existência de permissivo legal para a espécie de inexigibilidade de licitação realizada, inexistindo indícios que apontem,



efetivamente, a prática de ato de improbidade administrativa, tampouco lesão ou ameaça de lesão a outro direito difuso adstrito ao patrimônio público e social. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000308-3

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tiago Henrique Vargas

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente da visita realizada pelo Vereador Tiago Vargas junto à UPA Aparecida Gonçalves Saraiva Universitário, em agosto de 2022

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE DECORRENTE DA VISITA REALIZADA PELO VEREADOR TIAGO VARGAS JUNTO À UPA APARECIDA GONÇALVES SARAIVA UNIVERSITÁRIO, EM AGOSTO DE 2022. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a prática dolosa de ato de improbidade administrativa, consistente nas condutas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992. 2. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001574-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Flavina Maria da Silva, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA FLAVINA MARIA DA SILVA VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001571-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Padre José Scampini, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA



ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSÉ SCAMPINI VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001564-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Zélia Quevedo Chaves, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ZÉLIA QUEVEDO CHAVES VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS, DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001492-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Lúcia Martins Coelho, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA OU NÃO DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NO PRESENTE CASO DA ESCOLA ESTADUAL LÚCIA MARTINS COELHO VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE ESTADUAL DE ENSINO PARA TANTO PROMOVE A COLETA DE INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS,



DEPOIMENTOS CERTIDÕES E DEMAIS DILIGÊNCIAS INDISPENSÁVEIS À APURAÇÃO DOS FATOS. OBJETO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PREVIAMENTE EM FACE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o presente Inquérito Civil foi instaurado de ofício e o seu objeto se revelou demasiadamente genérico, sem a presença de mínimos elementos comprobatórios, dificultando a perquirição. 2. Outrossim, o órgão de execução informou a existência de Ação Civil Pública previamente instaurada contra o Estado de Mato Grosso do Sul, visando a regularidade documental das escolas integrantes da rede estadual de ensino situadas no Município de Campo Grande/MS, especialmente no que tange ao alvará do Corpo de Bombeiros. 3. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000995-1

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela Associação de Defesa do Consumidor de Mato Grosso do Sul- ADECON- MS, com relação a Requerida Claro S/A.

Advogado: Daniel Grandesso dos Santos – OAB/SP nº 195.303

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE DANOS EFETIVOS OU POTENCIAIS A DIREITOS OU INTERESSES COLETIVOS E COLHER SUBSÍDIOS PARA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP Nº 08.2022.00144575-3), AJUIZADA PELA ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL ADECON/MS, COM RELAÇÃO À REQUERIDA CLARO S/A E OUTRAS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Com o regular prosseguimento da Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001, verificou-se que sobrevieram inúmeros esclarecimentos, argumentos e documentos juntados por ambas as partes que elucidaram o contexto dos fatos objeto de discussão nos autos, sendo que os pedidos ali formulados são suficientes para a defesa dos interesses transindividuais dos contribuintes, não sendo necessárias novas apurações ou ajuizamento de idêntica ação por parte do órgão de execução. 2. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001287-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Valdeci Ferreira dos Reis e Pradebon, Cury & Luna Advogados Associados.

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por parte do ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Nioaque, o então Vereador Valdeci Ferreira dos Reis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR PARTE DO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NIOAQUE, O ENTÃO VEREADOR VALDECI FERREIRA DOS REIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO CONHECIDA. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL APROVADO. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Acordo de Não Persecução Cível, em conformidade com as exigências da Resolução nº 3/2021-CPJ, o qual esgota o objeto do Inquérito Civil, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Posto isso, voto pelo não conhecimento da promoção de arquivamento deste Inquérito Civil e voto pela aprovação do Acordo de Não Persecução Cível por este Conselho Superior, com a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que viabilize a homologação judicial, nos termos do art. 17-B, § 1º, III, da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). VOTO PELO NÃO CONHECIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E PELA

**APROVAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.****Advogada: Dr^a Ketulin dos Anjos Pereira – OAB/MS 21.780**

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não conhecimento da promoção de arquivamento e pela aprovação do Acordo de Não Persecução Cível, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que viabilize a homologação judicial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000748-9

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar quais providências adotadas pelo Município de Campo Grande a respeito da ocupação de áreas públicas, localizadas entre as Ruas Tereza Gacez Paim e Lourenço Alves da Costa, quadra 23, lote 01, parcelamento Jardim Jerusalém; entre as Ruas Via Láctea e Kanga Rosa, quadra 0, lote A, parcelamento Estrela Parque; e quadra 18, lote 25, do parcelamento Jardim Cristo Redentor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR QUAIS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE A RESPEITO DA OCUPAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, LOCALIZADAS ENTRE AS RUAS TEREZA GACEZ PAIM E LOURENÇO ALVES DA COSTA, QUADRA 23, LOTE 01, PARCELAMENTO JARDIM JERUSALÉM; ENTRE AS RUAS VIA LÁCTEA E KANGA ROSA, QUADRA 0, LOTE A, PARCELAMENTO ESTRELA PARQUE; E QUADRA 18, LOTE 25, DO PARCELAMENTO JARDIM CRISTO REDENTOR. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PERDA DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que houve a perda do objeto da presente investigação, uma vez que não há danos ambientais a reparar; a Administração Pública não está omissa; há procedimento em trâmite de regularização fundiária urbana da área em questão; e eventuais crimes praticados serão objeto de responsabilização penal na esfera própria.

2. Assim, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002179-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.

Assunto: Apurar irregularidades nas podas e supressão de árvores feitas pela empresa ENERGISA no município de Bonito, em desrespeito ao plano de arborização municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES NAS PODAS E SUPRESSÃO DE ÁRVORES FEITAS PELA EMPRESA ENERGISA NO MUNICÍPIO DE BONITO, EM DESRESPEITO AO PLANO DE ARBORIZAÇÃO MUNICIPAL. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verificou-se que o Ministério Público Estadual já celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Bonito/MS no ano de 2015, por meio do Procedimento Preparatório nº 001/2015, visando sanar o problema da falta de regras para a poda, corte, supressão, substituição e plantio de árvores na área urbana do Município com a elaboração de um plano/guia municipal de arborização urbana. 2. Além disso, verificou-se que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bonito/MS realizou tratativas com a Energisa com o propósito de observar o Plano de Arborização do Município de Bonito/MS. 3. Dessa forma, verifica-se que o problema objeto do procedimento restou sanado, inexistindo razões suficientes para seu prosseguimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

11. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00009407-5

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Recorrente: Thais Rodrigues Ramos da Rosa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta irregularidade/ilicitude perpetrada pelo gestor de Laguna Carapã/MS, consistente na



retenção/não repasse de recursos públicos federais destinados aos agentes de endemias e agentes de saúde com vínculo direto e “empregativo” registrado no CNES.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO. APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE/ILICITUDE PERPETRADA PELO GESTOR DE LAGUNA CARAPÃ/MS, CONSISTENTE NA RETENÇÃO/NÃO REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS DESTINADOS AOS AGENTES DE ENDEMIAS E AGENTES DE SAÚDE COM VÍNCULO DIRETO E EMPREGATÍCIO REGISTRADO NO CNES. RECURSO NÃO PROVIDO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que a irregularidade observada no decorrer do procedimento já é objeto de providências adotadas pelo gestor público municipal, que são hábeis para a solução da questão. 2. Não assiste razão à Recorrente, motivo pelo qual voto pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação do arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2023.00009407-5 pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 5º da Resolução nº 23/2007-CNMP e do artigo 11 da Resolução nº 15/2007-PGJ.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2023.00009407-5, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 08/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00000908-1

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Associação Campo-Grandense de Pessoa com Deficiência, representada por sua Presidente Vanda Peres Begas

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 29 de janeiro de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Notebook	2
2	Ar Condicionado Split 18.000 BTUS	2
3	Ar Condicionado Split 12.000 BTUS	1
4	Ventilador	3
5	Armário Alto	5
6	Cadeira	4
7	Impressora Laser	1
8	Mesa	3
9	Estação de Trabalho	1
TOTAL DE ITENS		22



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 009/2024-SGP

I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício, **CONVOCA apenas** os candidatos **nominalmente listados** no tópico **I – CONVOCAÇÃO**, deste **Aviso nº 009/2024-SGP**, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos nominalmente elencados no tópico I – CONVOCAÇÃO foram aprovados no I Processo de Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do AVISO Nº 001/2023/CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no DOMP nº 3.006, de 30 de outubro de 2023.

Os candidatos convocados (abaixo listados no tópico I – CONVOCAÇÃO) deverão, **com a maior brevidade possível**, enviar e-mail para estagiariosadm@mpms.mp.br a fim de *manifestar interesse no exercício do estágio ou da residência*, ou pedir *transposição para o final da lista de aprovados*, ou, por fim, indicar a *desistência formal*; cabendo aos candidatos exclusivamente convocados por este Aviso, que vierem a apresentar **Manifestação de Interesse no Estágio ou Residência**, o compromisso de **encaminhar os documentos relativos ao credenciamento, para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br até o dia 28 de fevereiro de 2024**.

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail estagiariosadm@mpms.mp.br estão relacionados no Capítulo XI do EDITAL Nº 1/2023-IPSER-MPMS, de 06 de junho de 2023, publicado no DOMP nº 2.912, de 07 de junho de 2023, e especificados ao final deste Aviso (RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

I – CONVOCAÇÃO

1. COMARCA DE ÁGUA CLARA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Água Clara, situada na Rua Francisco Vieira, 200 - Centro, Água Clara - MS.
ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	ALICE GUARINI PEREIRA DA SILVA

2. COMARCA DE AMAMBAI

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Amambai, situada na Avenida Pedro Manvailer, 4601 - Centro, Amambai - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	EVELYN NOGUEIRA PONTES

3. COMARCA DE ANASTÁCIO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Anastácio, situada na Av. Juscelino Kubitschek, 1445 - Jardim América, Anastácio - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	JONATHAN EDWARDS SILVA E SILVA

4. COMARCA DE CORUMBÁ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Corumbá, situada na Rua America, 1880 - Centro, Corumbá - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	YANCA VITÓRIA GOUVEIA MENDES

**5. COMARCA DE COSTA RICA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Costa Rica, situada na Rua Domingos Augusto Coelho, 204 - Santos Dumont, Costa Rica - MS.

ADMINISTRAÇÃO - ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	IZABELLA PAULA DE OLIVEIRA

6. COMARCA DE DOURADOS

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400 - Santo Antônio, Dourados - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
10º	KAMILLY FREITAS ESCOBAR

7. COMARCA DE NOVA ANDRADINA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Nova Andradina, situada na Rua São José, 564 - Centro, Nova Andradina - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
10º	JOÃO LUCAS ERDMANN RUEDA

8. COMARCA DE PORTO MURTINHO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Porto Murtinho, situada na Rua 13 de Maio, 444 - Centro, Porto Murtinho - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	SAMILLI DOS SANTOS GONÇALVES

9. COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Ribas do Rio Pardo, situada na Rua Waldemar Franciso da Silva, 1017 - Nossa Senhora da Conceição I, Ribas do Rio Pardo - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	MYRELLA DE FREITAS CASSIANO

10. COMARCA DE RIO NEGRO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Rio Negro, situada na Rua Nove de Maio, 305 - Centro, Rio Negro - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	LAYNARA PIRES CACERES

11. COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso, situada na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 180 - Nhecolândia, Rio Verde de Mato Grosso - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	ADRIANI ALVES PICOLOMINI

12. COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Local: Sede das Promotorias de Justiça de São Gabriel do Oeste, situada na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745 - Centro, São Gabriel do Oeste - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	LUCAS BARCELOS MACHADO ANUNCIAÇÃO

**13. COMARCA DE SETE QUEDAS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Sete Quedas, situada na Rua Rui Barbosa, 780, Sete Quedas - MS.

ENSINO MÉDIO - ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	LUCIMARA BENITEZ DE MORAES

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

- 1) Digitalização (colorida) ou Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio ou programa de residência, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 para os estagiários e de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 29, inciso II, e 31 da Resolução nº 53/2022-PGJ para os residentes (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 6) Ficha de Cadastro (que será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo será encaminhada para o e-mail do candidato convocado);
- 8) Autodeclaração de raça ou cor (arquivo será encaminhado para o e-mail do candidato convocado);
- 9) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 10) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
 - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total (documento específico para candidatos de Residência que tiverem mais de 5 anos de formado);
 - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;
 - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 11) Diploma ou outro documento comprobatório que ateste não possuir o residente mais de 5 (cinco) anos de conclusão do curso de graduação, nos termos do art. 2º, *caput*, da Resolução CNMP nº 246 (documento específico para candidatos de Residência).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 36; NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO 2023, PÁGINA 22; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 44.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **REDNOV FERRAMENTAS LTDA.**, representada por **Lenilso Luís da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
6	Lixadeira roto orbital, empunhadura emborrachada, interruptor selado, velocidade mínima de 8.000RPM, disco de 125mm, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	3	1.599,51
7	Carregador para baterias DEWALT, com 4 posições, tecnologia de carregamento rápido, amperagem de 8AH por entrada, 127V. Modelo: DEWALT DCB104 (para carregamento das baterias existentes). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Dewalt.	Unidade	5	1.603,74
9	Bateria para equipamentos DEWALT, 60 MAX, amperagem de 6,0 ah, do tipo íons de lítio, com marcador de nível de carga de 3 LEDs, carcaça em polipropileno. Modelo: DEWALT DCB606 (para utilização nas ferramentas já existentes no almoxarifado). Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Dewalt.	Unidade	10	997,82

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINAS 36 E 37; NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINAS 22 E 23; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINAS 44 E 45.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA.**, representada por **Diogo de Souza Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Martelete perfurador rompedor, rotação de 1.500RPM ou superior, energia de impacto de 2,6 joules, encaixe em SDS Plus, capacidade de concreto de 26mm e aço de 13mm, empunhadura emborrachada, interruptor de energia variável com trava de segurança, freio eletrônico, embreagem do tipo mecânica, limitador de profundidade, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	7	1.990,00
8	Bateria para equipamentos DEWALT, 20V MAX, amperagem de 5,0 ah, do tipo íons de lítio, com marcador de nível de carga de 3 LEDs, carcaça em polipropileno. Modelo: DEWALT DCB205 (para utilização nas ferramentas já existentes no almoxarifado). Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Dewalt.	Unidade	20	565,00
13	Esmerilhadeira angular a bateria, com encaixe duplo para bateria, para disco de 230mm, no mínimo 6.000RPM, resistente a água e poeira, controle automático do torque, freio instantâneo, capa de proteção do disco, punho lateral emborrachado, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante do item, chave para troca de disco, carregador compatível bivolt e 02 baterias 18V ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	10	4.236,00
14	Escada telescópica multifuncional fabricada em alumínio, com sapatas de borracha e sistema de segurança com travas. Deve possuir encaixe para as mãos no penúltimo degrau para que possa ser transportada. 13 degraus. Extensível até 3,8 metros. Peso suportado até 150 kg, Dimensão fechada: 80 cm x 48 cm x 9 cm, Dimensão Esticada: 380 cm x 48 cm x 9 cm, Peso aproximado: 11,20 kg, em atendimento a todas as normas da ABNT NBR 16.308. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Lumi.	Unidade	40	1.200,00
17	Broca para concreto 8 mm x 300 mm de comprimento total, encaixe cilíndrico, (ponta de metal vídea), em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	150	15,00
18	Broca do tipo cilíndrica, multimaterial (tijolos, blocos, telhas, metais, madeiras, plásticos e mármore), diâmetro de 6mm, comprimento total de no mínimo 90mm, compatível com todos os tipos de furadeiras, em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	150	12,00



20	Broca do tipo cilíndrica, multimaterial (tijolos, blocos, telhas, metais, madeiras, plásticos e mármore), diâmetro de 10mm, comprimento total de no mínimo 120mm, compatível com todos os tipos de furadeiras, em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	50	35,00
21	Estilete para uso profissional, do tipo trapezoidal retrátil, com lâmina de troca rápida, corpo emborrachado, fabricado em material de alta resistência, armazenamento interno de lâminas, acompanhado de 30 lâminas compatíveis para substituição. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: Vonder.	Unidade	30	70,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 38; NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 24; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 46.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **I C DE SOUSA COMÉRCIO E SERVIÇOS**, representada por **Israel Carvalho de Sousa**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Rotulador eletrônico, portátil, compatível com fitas de 12mm, teclado QWERTY, display LCD de 12 caracteres, impressão de até 2 linhas, com cortador manual, tecnologia de impressão térmica, funcionamento de 4 pilhas AAA, acompanhado de 10 fitas de 12mm de fundo amarelo. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Brother.	Unidade	5	600,00
19	Broca do tipo cilíndrica, multimaterial (tijolos, blocos, telhas, metais, madeiras, plásticos e mármore), diâmetro de 8mm, comprimento total de no mínimo 120mm, compatível com todos os tipos de furadeiras, em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: MTX.	Unidade	150	10,50
23	Kit de acessórios para martetele, com encaixe SDS PLUS, contendo 10 peças (1 Broca 5 x 160mm, 1 Broca 5.5 x 160mm, 1 Broca 6 x 160mm, 1 Broca 6.5 x 160mm, 1 Broca 8 x 160mm, 1 Broca 10 x 160mm, 1 Broca 12 x 160mm, 1 Broca 16 x 160mm, 1 Ponteiro 160mm, 1 Talhadeira 20 x 160mm), brocas de videia. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	10	195,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINAS 5 E 6; NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 11; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 39.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOUZA ALVES & CIA LTDA**, representada por **Diogo de Souza Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Lona plástica lisa, composta de polietileno de baixa densidade, para uso geral e na construção civil. Cor preta, espessura de 150 micras. Embalagem: rolo de 4 metros de largura x 100 m de comprimento. Marca: Lonax.	Unidade	70	264,00
4	Protetor para piso em rolos de 1 metro de largura por 25 metros de comprimento, confeccionado em papel Kraft integrado/laminado com plástico bolha de alta resistência (polietileno), para aplicação em obras visando proteção de pisos cerâmicos e porcelanato. Marca: Salvabras.	Unidade	50	199,00
5	Disco de corte para inox, produto reforçado com 2 telas, de alto desempenho: diâmetro: 115,0 mm (4 1/2"), espessura: 1,0 mm, eixo: 22,23 mm (7/8"), certificação: ABNT NBR 15.230 EN 12413, suporta: 13.300 rpm 80 m/s. Marca: Lotus.	Unidade	430	2,50
6	Fita crepe medindo entre 48 e 50 mm de largura, resistência a tração 3,5 kgf/19 mm, alongamento de 9 %, espessura mínima 0,11 mm, resistente a temperatura de 80°C por 40 minutos, dorso de papel crepe, adesivo a base de borracha e resina. Rolo com 50 metros. Marca: Adere.	Unidade	940	10,56
7	Trincha média extra macio para pintura, de 1", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	160	4,67
8	Trincha média extra macio para pintura, de 2", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	280	6,93
9	Trincha média extra macio para pintura, de 3", cerdas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas/AT 315.	Unidade	260	12,90
12	Rejunte para porcelanato, cor cinza outono, uso interno e externo. Uso indicado para porcelanatos, cerâmicas, pedras naturais e pastilhas. Validade do produto de, no mínimo, 10 meses a partir data de fabricação. Embalagem de 1 kg. Marca: Fortaleza.	Unidade	60	35,00
27	Rolo confeccionado em pele de carneiro de alta qualidade. Lã com 22 mm de altura. Indicação de uso: pinturas em áreas semi-rugosas. Indicado para tintas látex, acrílica, PVA, óleo e esmalte em superfícies semirugosas. Marca: Compel.	Unidade	100	15,00
29	Argamassa colante flexível, tipo ACIII, para sobreposição e assentamento de porcelanatos, cerâmicos, mármore e granitos, para uso interno e externo, atendendo a NBR 14.081. Embalagem plástica de 20 kg. Validade de, no mínimo, 11 meses. Marca: Fortaleza.	Unidade	150	34,42



31	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto forno e classe de resistência 32 (CP II-E – 32). Saco de 50 kg. Marca: Itau.	Unidade	540	45,00
----	--	---------	-----	-------

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 7; NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 6; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 40.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CLENEX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Cleide Aparecida dos Santos Fraga Miranda**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
10	Trincha média extra macio para pintura, de 4", cerdas duplas sintéticas, fio com formato estrelado para recortes precisos para todo tipo de tinta. Referência técnica: AT315 Atlas ou de melhor qualidade. Marca: Atlas.	Unidade	210	18,13
13	Tinta para demarcação de piso, cor amarela, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184. Retro refletiva. Lata de 18 litros, rendimento médio de 30 a 40 m², diluição de até 20 %. Marca: Waibor.	Unidade	20	333,50
14	Tinta para demarcação de piso, cor branca, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184. Retro refletiva. Lata de 18 litros, rendimento médio de 30 a 40 m², diluição de até 20 %. Marca: Waibor.	Unidade	20	333,50
15	Esmalte base solvente, acabamento fosco, cor preta, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. Conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92. Galão de 3,6 litros, rendimento médio de 70 m². Marca: Universo.	Unidade	120	126,15

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINAS 7 E 8; NO DOMP-MS Nº 2.955 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 7; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINAS 40 E 41.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, representada por **Valéria Zan Molinaro**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
16	Módulo interruptor simples de 10 A, 250 V, branco, fabricado em plástico ABS, atendendo a norma NBR NM 60669-1, marca Legrand, linha Zeffia, cód.: 680150, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	200	7,80
17	Módulo tomada 10 A 2P+T, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680160, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	3640	7,50
18	Módulo tomada 20 A 2P+T, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680161, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	210	10,20
19	Placa 4x2 para 1 módulo horizontal, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680181, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	2270	3,00
20	Placa 4x2 para 2 módulos horizontais, cor branca, marca Legrand, linha Zeffia. Cód.: 680182, conforme os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca: Legrand.	Unidade	760	3,00
24	Relé fotoelétrico com conector padrão NBR-5123 para acionamento de lâmpadas elétricas de sistemas em geral, tensão nominal bivolt, com janela, frequência 50/60 hz, potência 1800 VA / 1000 W, tipo NF, proteção contra corrente de partida, proteção contra poeira e umidade (IP54). Marca: Qualitronix.	Unidade	260	18,10
25	Suporte para relé - base para relé fotoelétrico, em ABS, com suporte metálico, copo em copolímero polipropileno, terminais de encaixe em latão estanhado, soquete em nylon com 30 % de fibra de vidro, intercambiabilidade total, tensão bivolt. Ligação a 3 fios 1,5 mm² com 25 cm de comprimento sendo: fase 1 (preto), neutro ou fase 2 (branco) e carga (vermelho). Marca: Mapetron.	Unidade	200	10,50

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 8; NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 8; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 41.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A DE N P OLIVEIRA**, representada por **Ariane de Nazaré Palheta Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
21	Cabo de cobre flexível, antichama, isolado, PVC, preto, encordoamento classe 4 ou 5, fabricado em conformidade com a NBR NM 247-3, 750 V, temperatura máxima do condutor em regime permanente de 70 °C. Bitola 6 mm². Rolo de 100 m. Garantia de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Ligcabos.	Unidade	30	328,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 9; NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 9; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 42.

Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ADRIANO HALAMA**, representada por **Adriano Halama**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
26	Cabo UTP cat. 6, capa externa em PVC, na coloração azul, amarelo, preto, verde, branco, bege, marrom, laranja, vermelho ou cinza. Impedância característica de 100 ω (ohms) \pm 15 % ω ; com 4 pares trançados de condutores sólidos de cobre nu 100 % (23 AWG), isolados em polietileno especial, com código de cores. Certificação Anatel impressa na capa, além de impressão que conste identificação do fabricante, marca do produto e	Unidade	200	847,44



	sistema de rastreabilidade que permita detectar a data de fabricação dos cabos. Produto em conformidade com a diretiva rohs. Inclusive certificado de performance elétrica pela UL ou ETL e de flamabilidade (UL Listed ou ETL Listed). Caixa com, no mínimo, 300 m. Garantia de, no mínimo, 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Norphel.			
--	--	--	--	--

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.894, DE 12 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 9; NO DOMP-MS Nº 2.955 DE 14 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINA 10; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 42.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00008719-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MIX REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA**, representada por **Ana Paula da Silva Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 28/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
28	Refletor de LED mínimo 100 W, com fluxo luminoso igual ou superior a 9500 lumens, bivolt, blindado, com isolamento IP 66 ou superior, corpo em alumínio e vidro temperado, ângulo 120°, parafuso em aço inox, cor 6000 K ou superior (branca fria), vida útil superior a 20.000 h. Marca: Iluminim.	Unidade	100	60,12

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de maio 2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/PGJ/2023 - PREGÃO Nº 16/PGJ/2022 – ELETRÔNICO, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.896, DE 16 DE MAIO DE 2023, PÁGINA 35; NO DOMP-MS Nº 2.957, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PÁGINAS 24 E 25; E NO DOMP-MS Nº 3.016 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, PÁGINA 43.

Replicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

Processo: 09.2022.00001276-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MALU DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, representada por **Maria Luzia Lima Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 16/PGJ/2022 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de ferramentas para atender o Ministério Público do Estado de

Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Esmerilhadeira angular, diâmetro do disco de 4 ½"-5" polegadas (115-125mm), rotação de 9.000RPM ou superior, guarda de proteção ajustável sem chave, gatilho de dois dedos com trava de segurança, caixa de engrenagem fabricado em alumínio, acompanhado de maleta para transporte da mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	7	2.570,35
4	Pistola de calafetagem, com controle eletrônico de velocidade, iluminação, punho emborrachado, indicador de sobrecarga, para tubos de 300ml, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 02 baterias de 18 ou 20V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	3	3.300,00
5	Cortadora de Asfalto/concreto, com protetor giratório, profundidade de corte mínima de 83mm, sistema de fornecimento de água lateral, transmissão em metal sem correia, empunhadura frontal emborrachada, velocidade mínima de 6.600RPM, acompanhado de maleta de transporte de mesma fabricante, carregador compatível bivolt e 04 baterias 60V de íons de lítio com marcador de nível de carga, garantia de mínimo 24 meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: DEWALT, MAKITA ou MILWAUKEE, equivalente ou de melhor qualidade. Marca: Dewalt.	Unidade	2	5.200,00
16	Broca longa para concreto 12 mm x 300 mm de comprimento total, encaixe cilíndrico, (ponta de metal vídeo), em atendimento a todas as normas da NBR ISO-5419. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: MTX.	Unidade	150	30,00
22	Misturador de tinta/massa, com encaixe cilindro, diâmetro de hélice de no mínimo de 60mm, capacidade de mistura de 12 – 15kg, fabricado em aço carbono, comprimento mínimo de 400mm. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias. Marca: MTX.	Unidade	2	60,00
24	Kit de serra copo, com guia, fabricado em aço e dentes diamantados, para uso em madeira; metal; plástico, contendo 6 medidas (16mm, 20mm, 25mm, 32mm, 40mm e 51mm), com encaixe cilindro, acompanhado de maleta de transporte. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	5	455,00
25	Kit de serra copo, com guia, fabricado em aço e dentes diamantados, para uso em alvenaria, contendo 6 medidas (16mm, 20mm, 25mm, 32mm, 40mm e 51mm), com encaixe cilindro, acompanhado de maleta de transporte. Garantia de no mínimo 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação. Marca: Makita.	Unidade	2	550,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 15 de maio 2023.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 9/2024.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2024.00001098-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar as providências do Município de Campo Grande, com fundamento no poder de polícia administrativa, notadamente aquelas necessárias para o ajustamento de conduta ao que determina a legislação e as técnicas pertinentes, em relação à atividade desenvolvida pela empresa JJ Comercial de Madeiras Ltda (unidade Monte Castelo)"

Campo Grande, 19 de Fevereiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925440-57.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) L.N² e vítima(s) A.M.B.L, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à atipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 20 de fevereiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 63ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0923825-32.2023.8.12.0001, em que constam como investigado M.F.S. e vítima J.A.L., conforme se transcreve: “Outrossim, não se vislumbra, no momento, a possibilidade de realização de quaisquer diligências capazes de trazer aos autos elementos suficientes para se demonstrar a autoria, necessária para se iniciar a persecução criminal”.

Campo Grande/MS 19 de fevereiro de 2024.

RICARDO BENITO CREPALDI

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**Nº MP 08.2024.00003288-2****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Luis Felipe da Silva Medina Neves a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000177-14.2024.8.12.0001, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de provas quanto à autoria delitiva, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de oferecer denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

Nº MP 08.2024.00003288-2**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Eduardo Santos Gonçalves a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000177-14.2024.8.12.0001, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de provas quanto à autoria delitiva, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de oferecer denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

Nº MP 08.2024.00003288-2**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Stenio Dias da Rocha a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000177-14.2024.8.12.0001, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de provas quanto à autoria delitiva, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de oferecer denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça

Nº MP 08.2024.00003288-2**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 69ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Derick Douglas da Costa Ferreira a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000177-14.2024.8.12.0001, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de provas quanto à autoria delitiva, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de oferecer denúncia, e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP.”

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2024.

MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

BANDEIRANTES

EDITAL N. 0004/2024/PJ/BND

Intimação de Arquivamento

Notícia de Fato n. 01.2023.00008270-2

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes, torna pública o arquivamento da Notícia de Fato em referência, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como intima a reclamante **Delci Fátima Sansanowics Langoski** de referido arquivamento, conforme dispõe o art. 11, §1º, da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro 2007, sendo que a pesquisa de referidos autos está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Bandeirantes, 19/02/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0005/2024/PJ/BND

Procedimento Preparatório n. 06.2024.00000140-1

A 1ª Promotoria de Justiça de Bandeirantes, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro - 79430-000 - Bandeirantes, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2024.00000140-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bandeirantes/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na rede municipal de ensino, decorrentes da ausência de vagas para professores efetivos, bem como da falta de convocação de candidatos aprovados para o cargo de professor no último concurso público.

Bandeirantes, 19/02/2024

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0002/2024/PJ/DPS.**Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições Nº 09.2024.00001597-2.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00001597-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Jose Ricardo Rodrigues Mota.

Interessado: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Deodápolis-MS.

Objeto: Verificar a regularidade da constituição e funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Deodápolis/MS – APAE.

Deodápolis/MS, 19 de fevereiro de 2024.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.



PEDRO GOMES

RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2024/PJ/PDG

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n.º 09.2023.00011622-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Pedro Gomes/MS, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 e

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado na Lei n.º 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação, em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, oferece 19 (dezenove) vacinas para a população de forma gratuita no Calendário Nacional de Vacinação, sendo que todas passaram por rigorosos processos de avaliação, controle de qualidade e a aprovação para uso na população⁴;

CONSIDERANDO a Nota Técnica n.º 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, a qual expõe que para enfrentamento dos baixos índices de vacinação é primordial que sejam elaboradas estratégias conjuntas entre as equipes da Atenção Primária em Saúde, Educação e Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO que referido documento contextualiza a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), que se tornou estratégia de integração entre os setores para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação de políticas públicas nacionais;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Nota Técnica n.º 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, recomendou adoção de diversas ações, dentre as quais, citam-se:

-realizar análise intersetorial sobre a situação vacinal e sociodemográfica do território, sendo que as equipes de saúde e de educação podem planejar de forma articulada a realização de vacinação na escola, mediante a devida aprovação dos representantes da comunidade escolar e sempre associada a atividades de promoção da saúde que envolvam a sensibilização da importância da vacinação;

-planejar ação conjunta para que os profissionais de saúde possam realizar a verificação da situação vacinal dos educandos, uma vez que exige conhecimento das vacinas, doses e intervalos recomendados, sendo importante que o profissional de saúde tenha acesso à caderneta de vacinação, a fim de avaliar o estado de proteção ou de vulnerabilidade vacinal e atualizá-la quando necessário;

⁴ https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/-arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf

- realizar o alinhamento prévio entre as secretarias de saúde e educação, conforme a realidade local para a captação dos estudantes por ocasião da efetivação da matrícula e apresentação da caderneta de vacinação a partir da avaliação do documento pelo profissional de saúde capacitado, a fim de encaminhar os não vacinados às UBS para atualizarem a caderneta de vacinação, de modo que a situação vacinal encontrada não será restritiva para a efetivação da matrícula;

- desenvolver ações de educação em saúde na escola direcionadas para a comunidade escolar com o objetivo de identificar aqueles que estão com os esquemas incompletos, sendo uma excelente oportunidade, por meio da articulação com a UBS, para garantir a atualização da caderneta de vacinação;

CONSIDERANDO que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem caindo gradativamente, sendo que, em 2021, conta com menos de 59% dos cidadãos imunizados, sendo o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde de 95%⁵.

CONSIDERANDO que dados veiculados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF apontam que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo queda brusca, eis que a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, sendo que tal numero inseriu o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo em 2022⁶;

CONSIDERANDO que, tal cenário traz à tona a retomada de doenças já erradicadas, como poliomielite, rubéola, e difteria, em razão da baixa cobertura vacinal, conforme dados da Agência Brasil⁷;

CONSIDERANDO que a omissão dos pais ou responsáveis legais em vacinar seus filhos/crianças sob sua responsabilidade configura violência (negligência/abandono), que deve ser notificada no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o artigo 1º da citada lei dispõe que é obrigatória, em todo o território estadual, a apresentação da Carteira de Vacinação dos alunos de até 18 anos, no ato de suas respectivas matrículas, em todas as escolas da rede pública ou particular, que ofereçam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, durante Reunião de Trabalho realizada no dia 28 de março de 2023, no Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002390-2, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde pontuou a existência de tratativas para que fosse exigido o atestado de situação vacinal no momento da matrícula das crianças nas escolas, o que faria com que os pais faltosos buscassem vacinar seus filhos quando da formalização da matrícula no início do ano letivo, já que hoje apresentam apenas a "carteirinha de vacinação";

CONSIDERANDO que se verificou que, apresentação apenas da "carteirinha de vacinação" tem sido insuficiente para demonstrar a regularidade vacinal, já que funcionários da escola, no ato da matrícula, não possuem conhecimentos técnicos suficientes para constatar se o calendário vacinal de crianças e adolescentes estão completos;

CONSIDERANDO que tal situação contribui para os baixos índices de vacinação, uma vez que não há análise minuciosa acerca da atualização da carteira de vacinação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que referida situação constitui violação ao parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, o qual prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação

⁵ <https://portal.fiocruz.br/noticia/cobertura-vacinal-no-brasil-esta-em-indices-alarmantes>

⁶ <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>

⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-o-brasil>



da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde (documentos anexos);

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das ADI 6586 e 6587, fixou a tese de que a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, em seu inciso V, prevê que os membros do Ministério Público devem incentivar *ações de promoção e de ampliação da cobertura vacinal no âmbito dos municípios notadamente em relação à imunização infantojuvenil*, visando à redução do risco de disseminação de doenças e de outros agravos, haja vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor do Enunciado 1, emitido na IV Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, que estabeleceu que o Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para a tutela individual, com fundamento no art. 127, caput, da CF/88, observado o disposto no Tema Repetitivo nº 766 do STJ e no Tema de Repercussão Geral nº 262 do STF;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seu artigo 5º que a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social";

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RECOMENDA:

À Secretária Municipal de Saúde de Pedro Gomes e Secretário Municipal de Educação de Pedro Gomes a exigência de "atestado de situação vacinal de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula junto a estabelecimentos de ensino público ou particular, a ser fornecido pela Unidade de Saúde de referência do aluno, a fim de comprovar a regularidade do calendário vacinal de crianças e adolescentes, ou seja, no "atestado de situação vacinal" deverá constar se todas as vacinas da criança e/ou adolescente estão em dia ou, em caso negativo, quais as vacinas faltantes.

Registre-se que a não apresentação do atestado de situação vacinal ou a apresentação do atestado com pendências não impedirá a matrícula do aluno, porém é imperioso que a situação seja regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias preconizado no artigo 2º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, sob pena de comunicação da escola ao Conselho Tutelar e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para as devidas providências, especialmente busca ativa do aluno para regularização do calendário vacinal.

I) NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:

A. Respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente Recomendação e, em caso de acatamento, deverão os gestores de saúde e educação dar ciência a todas as escolas do Município, públicas e privadas, acerca da obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo desta Recomendação;

B. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência – CAODH; e

C. Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Pedro Gomes-MS, [Data da Assinatura Digital].

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI
Promotor de Justiça em Substituição Legal



PONTA PORÃ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial nº 0002765-08.2022.8.12.0019/ 08.2022.00100720-5, em que consta(m) como investigadas Janice Cáceres Rodrigues e Cleidiane Claudete Leão, conforme se transcreve: “Ex positis, o Ministério Público Estadual determina o arquivamento dos presentes autos nos termos dos artigos 18 e 28 do CPP, ante a insuficiência de elementos de provas da materialidade e da incerteza da autoria do tipo previsto no artigo 312 do Código Penal”.

Ponta Porã, 09 de fevereiro de 2024.

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça em coadjuvação

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã da comarca de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2020.00076217-2 (SAJ/MP) e 0002132-65.2020.8.12.0019 (SAJ/TJ), em que consta como investigado Victor Moreno Segovia Peralta⁹, conforme se transcreve:

“Desse modo, não havendo indícios suficientes de autoria e não se vislumbrando outras diligências a serem realizadas, de rigor o arquivamento do procedimento. Ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal ”.

Ponta Porã, 19 de fevereiro de 2024.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

RIO NEGRO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000732-89.2021.8.12.0048, em que constam como vítima Evandro Ademir de Sena, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, em razão da ausência de justa causa, uma vez que não restou suficientemente demonstrada a autoria do delito”.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

⁸ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁹ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



TERENOS

A SAJ/MP n. 06.2024.00000129-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2024/PJ/TRN

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu agente signatário *in fine* assinado, em exercício na Promotoria de Justiça de Terenos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 127, caput e no 129, inciso III, bem como no artigo 27, inciso IV da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo-lhe a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da legalidade administrativa, além dos demais interesses difusos da sociedade, nos termos do art. 127, caput e 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é direito de todo cidadão ter acesso aos atos praticados pela Administração Pública de todos os níveis, como forma de assegurar-lhes a efetivação das garantias constitucionais, como o direito à informação (art. 5º, incisos XIV e XXXIII, 37, §3º, inciso II e 216, §2º inciso IX, todos da Constituição Federal) e o princípio da publicidade (art. 37, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que, para a salvaguarda do exercício pleno da cidadania, elemento essencial do Estado Democrático de Direito, é essencial que a população possa participar ativamente na fiscalização da gestão pública, o que implica no dever para a Administração Pública de envidar todos os esforços na concretização de instrumentos voltados para esta finalidade, na qual a efetiva implementação do portal transparência apresenta-se como mecanismo capaz de fortalecer o controle social;

CONSIDERANDO que a Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, estabelece que é dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou geradas, devendo, para tanto, fazer uso de todos os meios de instrumentos legítimos que dispuserem;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, a qual não cabe apenas realizar o serviço, mas fazê-lo de modo a conseguir o melhor resultado possível, o qual só poderá ser conferido pelos cidadãos com o respectivo acesso aos documentos públicos da instituição;

CONSIDERANDO que, a partir dos elementos de informação que já constam do Procedimento Preparatório n. 06.2024.00000129-0, sobretudo no que se refere ao relatório de diligência colacionado aos autos, até o presente momento não se observou disponibilização completa, no *portal transparência* da entidade, das informações relacionadas à utilização de dinheiro público pela Câmara Municipal de Terenos/MS, para o devido controle social no que tange à gestão administrativa desses recursos.

CONSIDERANDO que o art. 9º, *caput*, da Lei n. 8.429/92 (LIA), estabelece que constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º da mesma lei;

CONSIDERANDO que o art. 10, *caput*, da Lei n. 8.429/92 (LIA), estabelece que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da própria lei;

CONSIDERANDO os ditames do artigo 11 da Lei 8.429/92, inciso IV, no sentido de que configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública "negar publicidade de atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança e da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei";



CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos Assegurados nas Constituições Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (artigo 27, Parágrafo único, IV, da Lei Federal n.º 8.625/93);

CONSIDERANDO todos os documentos contidos neste Procedimento Preparatório que tem por finalidade apurar possível irregularidade na Câmara Municipal de Terenos consistente na não disponibilização de contratos celebrados e das licitações realizadas no portal transparência;

RESOLVE, por isso, RECOMENDAR, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Terenos/MS e aos demais membros da mesa diretora da respectiva casa legislativa que:

1. Disponibilize, nos termos da lei de acesso à informação (lei 12527/2011), no prazo de 30 (quinze) dias, todas as informações pendentes de publicação no portal da transparência da Câmara Municipal de Terenos, em especial: a) cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com o Poder Executivo federal, estadual e municipal e com particulares, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas, na forma da legislação aplicável; b) registros de quaisquer repasses ou transferência de recursos financeiros; c) registro das despesas; d) informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados; e) informações concernentes a dispensa e inexistência de licitação.

2. Publique, no prazo máximo de 15 (dez) dias, de forma prioritária, as informações supramencionadas relacionadas aos anos de 2024 e 2023.

Espera o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL o pronto atendimento desta RECOMENDAÇÃO, por ser medida imprescindível à proteção da ordem jurídica constitucional e democrática, cuja defesa incumbe a esta Instituição.

Outrossim, informo que a presente recomendação não possui caráter vinculante ou obrigatório, mas poderá embasar processo criminal, ação civil pública ou responsabilização pelos prejuízos aos cofres públicos.

Requisita-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, informações sobre se a Câmara Municipal de Terenos adotará ou não as providências recomendadas, bem como, em caso positivo, quais as providências foram adotadas.

A presente Recomendação deverá ser encaminhada ao Presidente da Câmara de Terenos, aos membros da mesa diretora, ao Prefeito de Terenos/MS e ao Vice-Prefeito Municipal para conhecimento e cumprimento das providências.

Dê-se ciência, para conhecimento, ao Excelentíssimo Juiz de Direito da comarca de Terenos/MS.

Terenos/MS, 09 de fevereiro de 2024

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça